

PARA: Presidente da Câmara, Joaquim Jorge Ferreira
Vice-Presidente, Rui Luzes Cabral
Vereadora, Inês Lamego
Vereador, Helder Simões
Vereador, Ana de Jesus
Diretor-Chefe da EMGAGPA, Dr. José Figueiredo

PLANO DE GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

Relatório de Acompanhamento e Execução 2017 - 2020

Oliveira de Azeméis, 14 de maio de 2021

Nuno Gomes
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação
\\vps-storage2\gaicg\Dados Partilhados\PGGROM\2020\Relatório
Final\Relatório_Execução_PGGRO_2017_2020.doc

Despacho:

ÍNDICE

ABREVIATURAS	2
1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Enquadramento	4
1.2. Ambiente de Controlo e Monitorização	6
2. EXECUÇÃO DO PLANO GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS	7
2.1. Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais	7
2.2. Sistema de Gestão da Qualidade	8
2.3. Auditoria de Acompanhamento à Execução do PGGRO	10
2.4. Análise à Execução do PGGRO	11
3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	27

ABREVIATURAS

Abreviatura	Extenso
CPC	<i>Conselho de Prevenção da Corrupção</i>
CCP	<i>Código da Contratação Pública</i>
DAIPSI	<i>Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação</i>
MOA	<i>Município de Oliveira de Azeméis</i>
PGGRO	<i>Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais</i>
PPRCIC	<i>Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas</i>
QUAR	<i>Quadro de Avaliação e Responsabilidade</i>
SIADAP	<i>Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública</i>
SGQ	<i>Sistema de Gestão da Qualidade</i>
UO	<i>Unidades Orgânicas</i>

1. INTRODUÇÃO

A gestão do risco é uma atividade que assume um carácter transversal, constituindo um requisito essencial ao funcionamento das organizações e dos estados de direito democrático, sendo fundamental nas relações que se estabelecem entre os cidadãos e a administração, no desenvolvimento das economias e no normal funcionamento das instituições. Trata-se, assim, de uma atividade que tem por objetivo salvaguardar aspetos indispensáveis na tomada de decisões e que estas se revelem conformes com a legislação vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas.

No setor público, a gestão do risco apresenta-se com elevada importância face aos desafios que vão surgindo tendo por base a implementação de sistemas de planeamento e controlo de que são exemplo os sistemas de gestão económico-financeiros, da qualidade ou mesmo de combate à corrupção e transparência.

A adoção de novas práticas de gestão, obriga à implementação de novas estratégias que permitam satisfazer as necessidades do cidadão, sendo fundamental, para se alcançar um sistema de gestão eficaz e de melhoria do serviço público prestado, baseado, fundamentalmente, na transparência.

O presente relatório de acompanhamento e execução do Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais do Município de Oliveira de Azeméis foi elaborado em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1.1 da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção e constitui o documento de suporte relativo à monitorização do PGGRO da organização, contendo a informação referente à implementação das medidas definidas para eliminar/reduzir os riscos identificados, com base na informação obtida no âmbito do processo de controlo e monitorização da sua implementação/execução.

1.1. Enquadramento

O Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais (PGGRO) do Município de Oliveira de Azeméis surge como uma evolução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), criado em cumprimento da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção e que entrou em vigor a 23.dezembro.2009, consistindo num documento de trabalho transversal a toda a organização que agrupa para além do PPRCIC, os regulamentos, normas e outros instrumentos de controlo essenciais ao desenvolvimento das atividades da organização.

O PGGRO foi aprovado em reunião da Câmara Municipal a 23. abril.2012, tendo entrado em vigor a 22. junho.2012. Este documento foi, posteriormente, remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e demais entidades de tutela - Tribunal de Contas, Presidência de Conselho de Ministros e Inspeção Geral de Finanças (de acordo com a Recomendação n.º 1/2009, do CPC) e publicado na página oficial da internet do MOA, em cumprimento da Recomendação n.º 1/2010 de 7 de abril, da mesma entidade.

O presente documento relata o acompanhamento e execução do PGGRO ao longo do quadriénio 2017 – 2020. De referir que ao longo deste período diferentes vicissitudes condicionaram os trabalhos previstos de acompanhamento e execução do PGGRO.

A alteração da presidência do município no final de 2016, devido ao pedido de suspensão de mandato do presidente eleito, pelo período de 10 meses, provocou um ajuste na estrutura orgânica do MOA. A 1. outubro.2017 ocorreram eleições autárquicas que ditaram uma alteração substancial nos órgãos municipais e conseqüentemente, nova reorganização da estrutura de apoio ao novo executivo camarário, o que obrigou os serviços a adaptações constantes ao longo de 2017 e 2018.

Com a entrada em funções do novo executivo municipal e da respetiva estrutura orgânica, surgiu a necessidade de proceder à revisão do Plano. Neste sentido iniciou-se a atualização do PGGRO, tendo sido aplicado em alguns serviços, de forma experimental, um novo modelo de avaliação de risco, adaptado do modelo de Análise Modal de Falhas ou FMEA (Failure Mode and Effect Analysis). A adoção deste novo modelo visa obter uma avaliação mais consistente do risco das diversas atividades desenvolvidas pela organização, passando de uma avaliação qualitativa para uma avaliação quantitativa.

Em 2018, e considerando a transição do Sistema de Gestão da Qualidade do município para os requisitos da nova norma da qualidade foi entendido interligar o PGGRO com a necessidade de implementação da nova abordagem de pensamento baseado no risco que integra a nova norma da qualidade, NP EN ISO 9001:2015, no sentido de evitar uma duplicação de processos de gestão do risco, pelo que se procedeu à reformulação do trabalho iniciado no ano anterior. Numa primeira fase, o modelo desenvolvido foi aplicado aos serviços certificados ou a certificar, de forma a adequá-los à transição do SGQ. A segunda fase deste processo, prevista desenvolver em 2019, previa a aplicação do referido modelo aos restantes serviços do MOA.

Passando a atualização do PGGRO, também, pela revisão/alteração das diversas normas internas de atuação que o compõem, sucessivas alterações legislativas, nomeadamente no que respeita ao novo sistema de normalização contabilística (SNC-AP), prejudicaram este trabalho. Este projeto foi igualmente afetado por outras atividades prioritárias, nomeadamente, a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

No ano 2019, foi dado início aos trabalhos da segunda fase de aplicação do novo modelo de avaliação de risco, no entanto, devido a vários condicionalismos, não foi dada continuidade ao processo, mantendo-se as expectativas de o mesmo ser concluído em 2020.

A determinação do estado de pandemia COVID 19 em 2020, prejudicou os trabalhos a desenvolver pelos condicionalismos verificados no âmbito laboral, nomeadamente, com o encerramento de serviços e o funcionamento em regime de teletrabalho. Assim, foram sendo feitos alguns ajustes no âmbito do trabalho que vinha sendo desenvolvido, tendo sido adiados os procedimentos previstos para 2021.

Para além do referido nos parágrafos acima, no quadriénio 2017 – 2020, o acompanhamento e execução do PGGRO ficou comprometido pela continuidade de trabalhos primordiais e sucessivas alterações legislativas que ditaram o adiamento dos trabalhos planeados.

O presente relatório tem como principais objetivos:

- Identificação dos serviços abrangidos pelo PGGRO e respetivos responsáveis pela execução das medidas.;
- Verificar o cumprimento/execução das medidas definidas pelos serviços para tratar mitigar os riscos identificados;
- Aferir a taxa de execução das medidas.

1.2. Ambiente de Controlo e Monitorização

No MOA, as funções auditoria interna e o controlo de gestão estão cometidas à DAIPSI, constituindo uma atividade independente em relação aos outros serviços e unidades do município com linha de reporte direto ao executivo municipal.

Neste âmbito, é competência da DAIPSI proceder ao controlo e monitorização do PGGRO. Cabe aos serviços a responsabilidade de remeter a esta divisão reportes semestrais das ações desenvolvidas e grau de implementação do plano, bem como elaborar relatório anual contendo as ações implementadas e os resultados obtidos.

O controlo e monitorização deste plano inclui uma avaliação à execução do PGGRO para posterior emissão de relatório de acompanhamento e execução do plano a remeter às entidades de tutela, em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1.1 da Recomendação n.º 1/2009, do CPC.

2. EXECUÇÃO DO PLANO GLOBAL DE GESTÃO DE RISCOS ORGANIZACIONAIS

2.1. Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais

O MOA aplica um modelo de gestão onde são consideradas as prioridades anuais aprovadas pelo executivo, garantindo procedimentos para que a definição dos objetivos propicie suporte e estejam alinhados com a missão da organização.

Anualmente, o executivo camarário define as ações prioritárias a desenvolver no ano e elabora a Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais, com base na qual os serviços planeiam as suas ações.

No ano 2017, a Carta de Objetivos definiu como prioridade estratégica “*Atualizar o Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais do Município (PGGRO), em resultado de novas recomendações do CPC + regimes, designadamente: nova LEO + OE/2017 + e novo regime do SNC-AP*”.

Igualmente, a Carta de Objetivos para 2018 apresentava como prioridade estratégica “*Atualizar o Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais do Município*”.

Pela aplicação do SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública, este objetivo foi considerado pelos vários serviços do município, designadamente, através da inserção dos respetivos indicadores no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para os anos respetivos o que, desde logo, é assumido como um compromisso de execução das medidas que constam do PGGRO.

Mantendo-se como prioridade estratégica do MOA, em 2019 e 2020 os indicadores de acompanhamento do PGGRO deixaram de constar da Carta de Objetivos do Município. Considerando que esta é uma ferramenta na qual os serviços se baseiam para definir as ações a desenvolver, este facto poderá ter influenciado a execução do plano como será evidenciado mais à frente neste relatório.

2.2. Sistema de Gestão da Qualidade

O Município de Oliveira de Azeméis mantém um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), cuja implementação remonta a 2003, ano em que viu certificados os seus primeiros serviços.

A política da qualidade do Município tem como referência a *Missão*, *Visão* e *Valores* da Gestão Municipal:

Missão

Defesa do interesse público com vista ao desenvolvimento local sustentado e um acréscimo contínuo da qualidade de vida da população;

Visão

A Câmara Municipal quer ser uma referência na gestão pública eficaz, na promoção da qualidade de vida dos cidadãos e na qualificação da base económica local;

Valores

Defesa do interesse público, integridade, cooperação, responsabilidade.

Decorrendo do SGQ, no MOA está implementada uma política de qualidade, revelando-se uma ferramenta fundamental para o bom desempenho dos serviços, onde se inclui o desenvolvimento de processos de gestão de riscos.

Ao longo do triénio 2017 - 2019, o SGQ do MOA foi submetido a auditorias no âmbito da certificação da qualidade, evidenciando graus adequados de conformidade, implementação e de eficácia relativamente à NP EN ISO 9001:2008, e após a transição do sistema em 2018, relativamente à NP EN ISO 9001:2015, tendo sido renovada a certificação de todos os serviços.

Após a auditoria de 2020, os serviços/gabinetes abrangidos pela certificação, num total de 36 serviços, são os seguintes:

- Gabinete de Comunicação
- Gabinete de Protocolo
- Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento

- . Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento das Atividades Económicas (com exceção do Núcleo de competências de Gestão de Áreas de Acolhimento Empresarial)
- . Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa
- . Serviço Municipal de Metrologia
- . Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro
- . Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza
- . Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal
- . Núcleo de Competências de Serviços Urbanos Ambientais
- . Serviço Médico Veterinário Municipal
- . Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação
- . Divisão Municipal de Ação Social
- . Divisão Municipal de Educação
- . Gabinete de Arquivo e Documentação Geral (Arquivo Municipal)
- . Gabinete de Gestão do Centro Lúdico (atividade Atendimento)
- . Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais
- . Gabinete de Desporto
- . Gabinete de Turismo
- . Gabinete da Juventude e Tempos Livres
- . Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos
- . Gabinete de Gestão e Programação de Eventos
- . Loja do Município
- . Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria
- . Gabinete de Contratação Pública
- . Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos
- . Divisão Municipal de Contabilidade e Património
- . Secção de Contratos e Apoio Notarial
- . Secção de Atas e Apoio Municipal aos Órgãos Autárquicos
- . Atividade de Expediente e Serviços Gerais
- . Gabinete de Competências, Desempenho e Qualificação
- . Secção de Recrutamento, Seleção e Remunerações
- . Gabinete de Gestão de Recursos Humanos
- . Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor
- . Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e de Contencioso

2.3. Auditoria de Acompanhamento à Execução do PGGRO

Em conformidade com cronograma de ações e monitorização do PGGRO, os Planos Anuais de Auditorias para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020 previam a realização de auditoria à execução do referido plano.

Conforme detalhado no ponto 1.1. do presente relatório, diferentes vicissitudes determinaram sucessivamente a reprogramação dos trabalhos de auditoria, como sejam:

- A necessidade de reafecção de recursos a tarefas consideradas prioritárias, nomeadamente, a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados e o desenvolvimento de outros trabalhos de auditoria;
- A alteração da presidência do município no final de 2016, devido ao pedido de suspensão de mandato do presidente eleito, pelo período de 10 meses, que provocou um ajuste na estrutura orgânica do MOA;
- As eleições autárquicas, realizadas a 1. outubro.2017, que ditaram uma alteração substancial nos órgãos municipais e conseqüentemente, nova reorganização da estrutura de apoio ao novo executivo camarário, o que obrigou os serviços a adaptações constantes ao longo de 2017 e 2018;
- O processo de revisão e atualização do PGGRO, que envolve todos os serviços e que implicou a adoção de um novo modelo de avaliação de risco; a transição do Sistema de Gestão da Qualidade para os requisitos da nova norma da qualidade - NP EN ISO 9001:2015 - que levou à necessidade de reformulação do trabalho iniciado anteriormente;
- A determinação do estado de pandemia COVID 19 em 2020, prejudicou os trabalhos a desenvolver pelos condicionalismos verificados no âmbito laboral, nomeadamente, com o encerramento de serviços e o funcionamento em regime de teletrabalho.

2.4. Análise à Execução do PGGRO

2.4.1. Identificação dos serviços abrangidos pelo PGGRO e respetivos responsáveis

O PGGRO é aplicado, de forma genérica, aos membros dos órgãos municipais, ao pessoal dirigente e a todos os trabalhadores e colaboradores do Município. A responsabilidade pela sua implementação, execução e avaliação é do Órgão Executivo e do Presidente da Câmara Municipal, bem como de todo o pessoal com funções dirigentes.

Compete aos responsáveis das diversas unidades orgânicas remeter à DAIPSI, reportes periódicos das ações desenvolvidas e grau de implementação do plano, bem como elaborar relatório anual contendo as ações implementadas e os resultados obtidos, de acordo com o cronograma de monitorização do plano.

O quadro abaixo apresenta as UO's abrangidas pelo PGGRO e os respetivos responsáveis ao longo do quadriénio 2017 – 2020.

UO's abrangidas pelo PGGRO e respetivos responsáveis no quadriénio 2017 - 2020

UO		Responsáveis			
Cód.	Descrição	2017	2018	2019	2020
201010200	Gabinete de Apoio ao Presidente Câmara	Ângela Fernandes ^{a)} Ana Sofia Pinho ^{b)}	Ana Sofia Pinho	Ana Sofia Pinho	Ana Sofia Pinho
2010103	Gabinete de Apoio ao Vereador Ricardo Tavares	Alexandrina Xará ^{a)}	---	---	---
2010104	Gabinete de Apoio à Vereadora Gracinda Leal	Claúdia Matos ^{a)}	---	---	---
2010106	Gabinete de Apoio ao Vereador Pedro Marques	Ana Rodrigues ^{a)}	---	---	---
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	Vera Luísa Ferreira ^{b)}	Vera Luísa Ferreira	Vera Luísa Ferreira	Vera Luísa Ferreira
2010110	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana de Jesus	Claúdia Matos ^{b)}	Claúdia Matos	Claúdia Matos	Claúdia Matos
2010111	Gabinete de Apoio ao Vereador Helder Simões	Pedro Saavedra	Pedro Saavedra	---	---
2010112	Gabinete de Apoio à Vereadora Inês Lamego	Pedro Saavedra	Pedro Saavedra	---	---
201010201	Gabinete de Comunicação	Catarina Reis	Catarina Reis	Catarina Reis	Catarina Reis
201010202	Gabinete de Protocolo	Jorge Almeida	Jorge Almeida	Jorge Almeida	Jorge Almeida
20102	Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	Ângela Fernandes	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo
2010403	Núcleo de Competências da Área de Apoio às Freguesias	José Figueiredo Faria ^{a)}	---	---	---
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	Paula Oliveira	Paula Oliveira	Paula Oliveira	Paula Oliveira
2010405	Serviço de Metrologia	Paula Oliveira	Paula Oliveira	Paula Oliveira	Paula Oliveira

(Continua/...)

(.../continuação)

UO		Responsáveis			
Cód.	Descrição	2017	2018	2019	2020
2010701	Serviço Municipal de Proteção Civil	Luis Arede	Luis Arede	---	Alberto Godinho
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	Emilia Marques	Emilia Marques	Emilia Marques	Emilia Marques
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	Francisco Correia	Isabel Aniceto	Isabel Aniceto	Isabel Aniceto
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	Nuno Gomes	Nuno Gomes	Nuno Gomes	Nuno Gomes
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	Ângela Fernandes	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	Ângela Fernandes	Teresa Melo	Teresa Melo	Teresa Melo
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	Ândrea Ferreira	Ândrea Ferreira	Ândrea Ferreira	Ândrea Ferreira
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	Mário Jorge Sousa	Mário Jorge Sousa	Mário Jorge Sousa	Mário Jorge Sousa
20113	Divisão Municipal de Ação Social	Maria da Luz Pinto	Maria da Luz Pinto	Maria da Luz Pinto	Maria da Luz Pinto
20114	Divisão Municipal de Educação	Nuno Tavares	Nuno Tavares	Nuno Tavares	Nuno Tavares
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	Marta Mota	Marta Mota	Ana Raquel Borralho	Ana Raquel Borralho
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	Ângela Azevedo	Ângela Azevedo	Ângela Azevedo	Ângela Azevedo
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	Fernanda Soares	Fernanda Soares	Fernanda Soares	Fernanda Soares
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	João Tavares	João Tavares	João Tavares	João Tavares
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	Ricardo Freitas	Ricardo Freitas	Ricardo Freitas	Ricardo Freitas
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	Francisco Silva	Francisco Silva	Francisco Silva	Francisco Silva
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	Carlos Mota	Carlos Mota	Carlos Mota	Carlos Mota
2011510	Gabinete do Turismo	Pedro Saavedra	Sandra Santos	Sandra Santos	Sandra Santos
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	Pedro Saavedra	Pedro Saavedra	Pedro Saavedra	Pedro Saavedra
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	Clara Marques	Clara Marques	Clara Marques	Pedro Costa
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	Francisco Silva	Francisco Silva	Francisco Silva	Francisco Silva
20116	Loja do Município	Alexandra Valente	José Correia	José Correia	José Correia
20401	Divisão Municipal Económica e Financeira	Fátima Silva	José Figueiredo Faria	José Figueiredo Faria	José Figueiredo Faria
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	Fátima Silva	Luis Cabral	Luis Cabral	Luis Cabral
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	Fátima Silva	Sónia Espírito Santo	Sónia Espírito Santo	Sónia Espírito Santo
2040105	Secção de Tesouraria	Zaida Costa	Zaida Costa	Zaida Costa	---
2040106	Gabinete de Contratação Pública	Elsa Félix	Elsa Félix	Elsa Félix	Elsa Félix
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	Carlos Maia	Carlos Maia	Carlos Maia	Carlos Maia
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	Margarida Mota Ferreira	Margarida Mota Ferreira	Margarida Mota Ferreira	Margarida Mota Ferreira
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	Vera Silva	Vera Silva	Vera Silva	Vera Silva
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	Américo Silva	Américo Silva	António Castanheira	António Castanheira
2050102	Gabinete de Fiscalização, e Acompanhamento da Concessão de Águas e Saneamento ^{c)}	Américo Silva	---	---	---
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	Abílio Estrela	Abílio Estrela	Abílio Estrela	Abílio Estrela

a) Cessação em 23. outubro.2017 por alteração do Executivo Camarário

b) Em vigor a 23. outubro.2017 por alteração do Executivo Camarário

c) Plano de ação integrado no plano da UO 20501 em 2018

2.4.2. Valor Médio de Execução

O acompanhamento e monitorização da execução do PGGRO é realizado com base no contributo prestado pelos responsáveis dos vários serviços abrangidos pelo plano, designadamente, através dos relatórios emitidos anualmente. Analisados os dados obtidos, foi elaborado o quadro abaixo que resume a execução do PGGRO no quadriénio 2017 – 2020.

Quadro-resumo da execução do PGGRO no quadriénio 2017 - 2020

Ano	Execução	Total UO	Ações Implementadas						
			0%	25%	50%	75%	100%	Total	% Exec. Média
2017	Reportada	22	7	2	1	3	381	394	96%
	Não Reportada	20	41	0	0	2	227	270	90%
	Totais	42	48	2	1	5	608	664	93%
2018	Reportada	24	55	0	0	1	468	524	89%
	Não Reportada	15	21	0	1	3	235	260	92%
	Totais	39	76	0	1	4	703	784	91%
2019	Reportada	7	2	0	0	1	190	193	99%
	Não Reportada	33	75	0	1	3	542	621	89%
	Totais	40	77	0	1	4	732	814	94%
2020	Reportada	15	9	0	0	8	369	386	97%
	Não Reportada	24	63	0	1	3	385	452	86%
	Totais	39	72	0	1	11	754	838	92%

Da leitura do quadro, desde logo ressalta que são bastantes os responsáveis que não enviam informação relativa à execução das ações desenvolvidas no âmbito do PGGRO:

- Em 2017, 52% (22 serviços) dos serviços abrangidos pelo PGGRO enviaram informação;
- Em 2018, foi rececionada informação de 62% dos serviços (24 serviços);
- Em 2019, apenas 7 serviços (0,18%) enviaram informação;
- Em 2020, 15 serviços (38%) efetuaram reporte das ações desenvolvidas.

A diminuição precipitada dos valores de reporte obtidos em 2019, poderá refletir o facto de nesse ano, os indicadores de acompanhamento do PGGRO terem deixado de constar da Carta de Objetivos tendo, por isso, este objetivo deixado de ser considerado pelos serviços nos respetivos indicadores no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), conforme referido no ponto 2.1.

Em 2020, os indicadores de acompanhamento do PGGRO também não constam da Carta de Objetivos, no entanto, foi possível obter um aumento no número de serviços a efetuar reporte face a 2019 (+8 serviços) no seguimento do envio de uma comunicação aos responsáveis, via e-mail, alertando para a necessidade de efetuarem o reporte das atividades.

Considerando apenas os dados reportados pelos serviços a 31 de dezembro de cada ano, o valor médio de execução do PGGRO, face ao número de ações a desenvolver, obtido em 2017 foi de 96%; em 2018, 89%; em 2019, 99%; e em 2020, 97%.

A taxa de reporte anual por parte dos serviços tem vindo a diminuir nos últimos anos, em parte por os serviços considerarem que a ausência de alterações ao plano determinaria a não necessidade de reporte anual.

De acordo com os dados existentes nos registos de acompanhamento e monitorização, verifica-se que os serviços que não apresentaram reporte nos últimos anos tinham as ações definidas nos planos implementadas, na sua maioria, aquando do último reporte.

Não obstante, tendo em conta as alterações legislativas e a atualização de funções decorrentes das alterações da estrutura orgânica do MOA, nomeadamente devido à entrada em funções do novo executivo camarário, a falta de reporte atualizado prejudica a aferição dos resultados efetivos, recomendando-se aos serviços a manutenção da prática de reporte semestral das ações implementadas, em conforme com o definido no PGGRO (ponto 2. do PPRCIC que integra o PGGRO no seu ponto 2.1.).

Assim e tendo base os últimos reportes disponibilizados pelos serviços a taxa de execução global anual do PGGRO obtida para o ano 2017 é de 93%; para 2018, de 91%; em 2019, 94%; e no ano de 2020, 92%.

Visando garantir o não abrandamento da dedicação aos processos relacionados com o PGGRO, é recomendável a definição/manutenção de mecanismos que garantam a sustentação dos procedimentos constantes do PGGRO, nomeadamente, a manutenção de objetivo de atuação, de forma a vincular os serviços à execução do mesmo.

2.4.3. Nível de Execução do PGGRO

Os quadros seguintes sintetizam os dados trabalhados para obtenção da informação constante do ponto 2.4.2.

2.4.3.1. Ano 2017

Execução PGGRO reportada à data de 31. dezembro.2017

Cód.	UO Descrição	N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
			0%	25%	50%	75%	100%	
2010103	Gabinete de Apoio ao Vereador Ricardo Tavares	4					4	100%
2010104	Gabinete de Apoio à Vereadora Gracinda Leal	5					5	100%
201010201	Gabinete de Comunicação	8					8	100%
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	4	1				3	75%
2010405	Serviço de Metrologia	5					5	100%
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	13					13	100%
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	33	1			1	31	96%
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	12					12	100%
20113	Divisão Municipal de Ação Social	31					31	100%
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	18					18	100%
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	12					12	100%
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	6					6	100%
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	8	1			1	6	84%
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	15					15	100%
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	17					17	100%
20116	Loja do Município	23	1	2			20	89%
20401	Divisão Municipal Económica e Financeira	6					6	100%
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	34					34	100%
2040105	Secção de Tesouraria	16					16	100%
2040106	Gabinete de Contratação Pública	16	3		1	1	11	77%
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	52					52	100%
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	56					56	100%
Total de Ações		394	7	2	1	3	381	
Taxa de Execução Média								96%

Execução do PGGRO sem reporte à data de 31. dezembro.2017

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.	Últimos Dados Registrados
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%		
201010200	Gabinete de Apoio ao Presidente Câmara	4	2				2	50%	31/12/2012
2010106	Gabinete de Apoio ao Vereador Pedro Marques	3					3	100%	Auditoria 2016
201010202	Gabinete de Protocolo	4				1	3	94%	30/06/2016
20102	Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	4				1	3	94%	31/12/2012
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	39	9				30	77%	31/12/2016
2010403	Núcleo de Competências da Área de Apoio às Freguesias	3					3	100%	31/12/2015
2010701	Serviço Municipal de Proteção Civil	13					13	100%	31/12/2014
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	3					3	100%	31/12/2016
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	20					20	100%	Auditoria 2015
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	13					13	100%	Auditoria 2015
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	10					10	100%	Auditoria 2015
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	20					20	100%	Auditoria 2015
20114	Divisão Municipal de Educação	24	4				20	83%	Auditoria 2016
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	14	3				11	79%	31/12/2016
2011510 2011511	Gabinete do Turismo Gabinete de Juventude e Tempos Livres	15					15	100%	Auditoria 2016
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	4	1				3	75%	Auditoria 2016
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	10	1				9	90%	Auditoria 2014
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	12					12	100%	31/12/2013
2050102	Gabinete de Fiscalização, e Acompanhamento da Concessão de Águas e Saneamento	12					12	100%	31/12/2013
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	43	21				22	51%	Auditoria 2016
Total de Ações		270	41	0	0	2	227		
Taxa de Execução Média								90%	

2.4.3.2. Ano 2018

Execução do PGGRO reportada à data de 31. dezembro.2018

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%	
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	5	1				4	80%
2010110	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana de Jesus	5					5	100%
201010201	Gabinete de Comunicação	14					14	100%
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	2					2	100%
2010405	Serviço de Metrologia	5					5	100%
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	33	1			1	31	96%
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	44	19				25	57%
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	24	1				23	96%
20113	Divisão Municipal de Ação Social	52	8				44	85%
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	19	2				17	89%
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	13					13	100%
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	13					13	100%
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	12	9				3	25%
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	16					16	100%
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	24					24	100%
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	10	7				3	30%
20116	Loja do Município	30					30	100%
20401	Divisão Municipal Económica e Financeira	5					5	100%
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	34					34	100%
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	32	4				28	88%
2040105	Secção de Tesouraria	15					15	100%
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	56					56	100%
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	22					22	100%
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	39	3				36	92%
Total de Ações		524	55	0	0	1	468	
Taxa de Execução Média								89%

Execução do PGGRO sem reporte à data de 31. dezembro.2018

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.	Últimos Dados Registrados
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%		
201010202	Gabinete de Protocolo	4				1	3	94%	31/12/2016
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	39	9				30	77%	31/12/2016
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	13					13	100%	31/12/2017
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	3					3	100%	31/12/2016
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	22					22	100%	Auditoria 2015
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	13					13	100%	Auditoria 2015
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	10					10	100%	Auditoria 2015
20114	Divisão Municipal de Educação	24	4				20	83%	Auditoria 2016
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	14	3				11	79%	31/12/2016
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	8	1		1		6	84%	31/12/2017
2011510	Gabinete do Turismo	13					13	100%	Auditoria 2016
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	15					15	100%	Auditoria 2016
2040106	Gabinete de Contratação Pública	16	3		1	1	11	77%	30/06/2017
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	10	1				9	90%	Auditoria 2014
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	56					56	100%	31/12/2017
Total de Ações		260	21	0	1	3	235		
Taxa de Execução Média								92%	

2.4.3.3. Ano 2019
Execução do PGGRO reportados à data de 31. dezembro.2019

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%	
2010110	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana de Jesus	5					5	100%
201010201	Gabinete de Comunicação	18					18	100%
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	33	1			1	31	96%
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	13					13	100%
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	34					34	100%
2040105	Secção de Tesouraria	15					15	100%
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	75	1				74	99%
Total de Ações		193	2	0	0	1	190	
Taxa de Execução Média								99%

Execução do PGGRO sem reporte à data de 31. dezembro.2019

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.	Últimos Dados Registrados
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%		
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	5	1				4	80%	abr.2018
201010202	Gabinete de Protocolo	4				1	3	94%	31/12/2016
20102	Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	7					7	100%	mar.2018
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	39	9				30	77%	31/12/2016
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	2					2	100%	31/12/2018
2010405	Serviço de Metrologia	5					5	100%	31/12/2018
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	13					13	100%	31/12/2017
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	3					3	100%	31/12/2016
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	22					22	100%	Auditoria 2015
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	13					13	100%	Auditoria 2015
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	10					10	100%	Auditoria 2015
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	44	19				25	57%	abr.2018
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	24	1				23	96%	mai.2018
20113	Divisão Municipal de Ação Social	52	8				44	85%	jun.2018
20114	Divisão Municipal de Educação	24	4				20	83%	Auditoria 2016
2011502	Gabinete de Gestão de Bibliotecas	14	3				11	79%	31/12/2016
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	19	2				17	89%	mar.2018
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	13					13	100%	jun.2018
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	8	1			1	6	84%	31/12/2017
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	12	9				3	25%	mar.2018
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	16					16	100%	31/12/2018
2011510	Gabinete do Turismo	13					13	100%	Auditoria 2016
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	15					15	100%	Auditoria 2016
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	24					24	100%	31/12/2018
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	10	7				3	30%	mar.2018
20116	Loja do Município	30					30	100%	jun.2018
20401	Divisão Municipal Económica e Financeira	5					5	100%	abr.2018
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	32	4				28	88%	mar.2018
2040106	Gabinete de Contratação Pública	16	3		1	1	11	77%	31/12/2017
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	10	1				9	90%	Auditoria 2014
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	56					56	100%	31/12/2017
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	22					22	100%	abr.2018
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	39	3				36	92%	mar.2018
Total de Ações		621	75	0	1	3	542		
Taxa de Execução Média								89%	

2.4.3.4. Ano 2020

Execução do PGGRO reportados à data de 31. dezembro.2020

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%	
2010110	Gabinete de Apoio à Vereadora Ana de Jesus	5					5	100%
201010201	Gabinete de Comunicação	18					18	100%
2010404	Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas de Qualidade e de Inovação Administrativa	2					2	100%
2010405	Serviço de Metrologia	6					6	100%
20111	Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação	58	1			4	53	97%
2011206	Núcleo de Competências de Gestão dos Serviços Urbanos Ambientais	24				2	22	98%
20113	Divisão Municipal de Ação Social	52	1			2	49	97%
2011504	Gabinete de Arquivo e Documentação Geral	13					13	100%
2011505	Gabinete de Arqueologia e Museologia	13					13	100%
2011508	Gabinete de Promoção da Cultura e Gestão de Equipamentos Culturais	16	6				10	63%
2011510	Gabinete do Turismo	11					11	100%
2011511	Gabinete de Juventude e Tempos Livres	17	1				16	94%
20116	Loja do Município	40					40	100%
2040103	Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria	34					34	100%
20404	Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos	77					77	100%
Total de Ações		386	9	0	0	8	369	
Taxa de Execução Média								97%

Execução do PGGRO sem reporte à data de 31. dezembro.2020

UO		N.º Ações Def.	N.º Ações Implementadas					% Exec.	Últimos Dados Registados
Cód.	Descrição		0%	25%	50%	75%	100%		
2010109	Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Luzes Cabral	5	1				4	80%	abr.2018
201010202	Gabinete de Protocolo	4				1	3	94%	31/12/2016
20102	Equipa Multidisciplinar de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	7					7	100%	mar.2018
20103	Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento de Atividades Económicas	39	9				30	77%	31/12/2016
2010704	Secção Administrativa de Segurança e Saúde Ocupacional	13					13	100%	31/12/2017
20109	Serviço Médico-Veterinário Municipal	3					3	100%	31/12/2016
2011202	Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos	22					22	100%	Auditoria 2015
2011203	Núcleo de Competências de Gestão Urbanística	13					13	100%	Auditoria 2015
2011204	Núcleo de Competências de Informação Geográfica, Cartográfica e Cadastro	10					10	100%	Auditoria 2015
2011205 2011207	Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal	44	19				25	57%	abr.2018
20114	Divisão Municipal de Educação	24	4				20	83%	Auditoria 2016
2011503	Gabinete de Gestão do Centro Lúdico	19	2				17	89%	mar.2018
2011506	Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural	8	1			1	6	84%	31/12/2017
2011507	Gabinete de Apoio ao Associativismo e Coletividades	12	9				3	25%	mar.2018
2011512	Gabinete de Gestão de Equipamentos Desportivos	24					24	100%	31/12/2018
2011514	Gabinete de Programação e Gestão de Eventos	10	7				3	30%	mar.2018
20401	Divisão Municipal Económica e Financeira	5					5	100%	abr.2018
2040104	Gabinete de Controlo e Processamento Administrativo de Resíduos Sólidos Urbanos	32	4				28	88%	mar.2018
2040105	Secção de Tesouraria	15					15	100%	dez.2019
2040106	Gabinete de Contratação Pública	16	3		1	1	11	77%	31/12/2017
20402	Divisão Municipal de Contabilidade e Património	10	1				9	90%	Auditoria 2014
20405	Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e Contencioso	56					56	100%	31/12/2017
20501	Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões	22					22	100%	abr.2018
20502	Divisão Municipal de Conservação Gestão Operacional	39	3				36	92%	mar.2018
Total de Ações		452	63	0	1	3	385		
Taxa de Execução Média								86%	

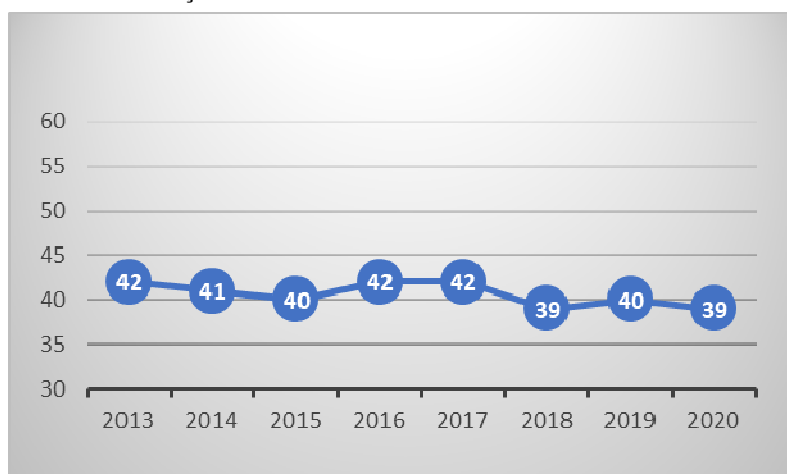
2.4.4 Análise Comparativa da Execução do PGGRO

Neste ponto do relatório procede-se a uma análise comparativa dos dados obtidos no quadriénio 2017 – 2020 com os resultados obtidos em anos anteriores.

Conforme o ponto 2.4.2, os dados obtidos não permitem assegurar que as ações implementadas pelos serviços no âmbito da prevenção e gestão de riscos organizacionais estão devidamente consolidados, dado que a falta de reporte atualizado prejudica a aferição dos resultados obtidos. No entanto, de acordo com dados registados verifica-se que as ações desenvolvidas pelos serviços que não apresentaram relatório atualizado, encontravam-se implementadas na sua maioria à data do último relatório, pelo que foram os mesmos considerados para a execução global.

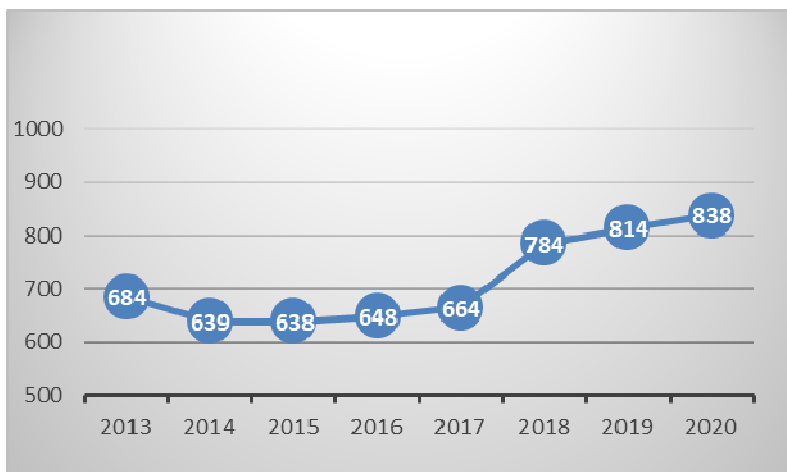
Os gráficos abaixo apresentam a evolução dos serviços incluídos no PGGRO entre 2013 e 2020. Na sua análise deverá ter-se em consideração que no período 2013 – 2016 ocorreu uma reformulação dos serviços no âmbito da nova macroestrutura adotada pelo MOA.

Gráfico 1 – Serviços incluídos no PGGRO



No ano 2013 integravam o PGGRO, 42 Unidades Orgânicas (UO). Em 2020, eram 39 as UO's envolvidas no plano. Ao longo do período 2013 – 2020, a tendência de evolução do número de UO's abrangida é relativamente constante. As pequenas variações observadas podem verificar-se na sequência dos ajustamentos na orgânica do município.

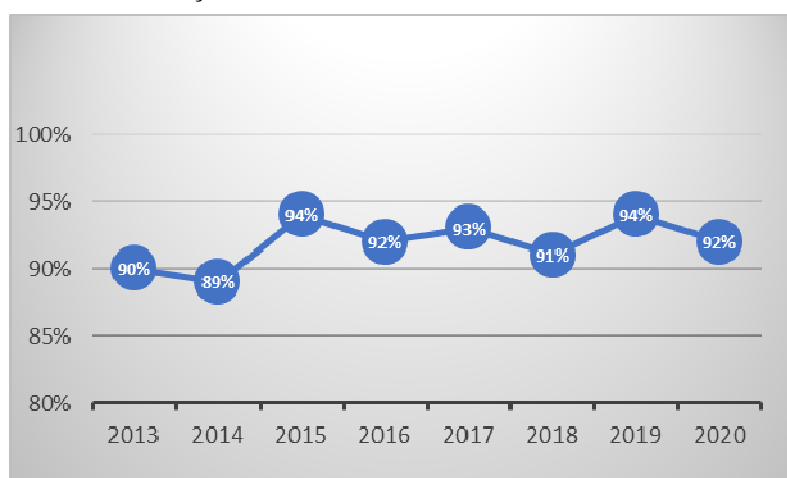
Gráfico 2 – Número de ações a executar no PGGRO



O gráfico 2 mostra-nos que em 2013, o total de ações a executar era de 684. De referir que neste ano, entrou em vigor uma nova macroestrutura no MOA, pelo que o número de ações previstas reflete o ajustamento à nova estrutura orgânica. Nos anos seguintes (2014, 2015, 2016 e 2017) a variação no número de ações previstas no plano é residual.

Em 2018, 2019 e 2020 verifica-se um aumento substancial no número de ações a executar. Este aumento explica-se pela transição do SGQ para a norma da qualidade NP EN ISO 9001:2015 e pela adoção do novo modelo de avaliação de risco.

Gráfico 3 – Execução média anual PGGRO



Considerando que, de acordo com últimos dados registados referentes aos serviços que não efetuaram reporte da atividade se verifica que as ações desenvolvidas estão, na sua maioria, implementadas, a execução média anual do PGGRO no quadriénio 2017 – 2020 encontra-se em linha com os valores registados nos anos anteriores.

De ressaltar, no entanto, que estes valores são assumidos com base nos registos que indicam que os serviços têm as ações implementadas. A falta de reporte, já abordada em outros pontos deste relatório, prejudica a aferição dos resultados obtidos.

2.4.5. Ações Mais Relevantes

Ao longo do quadriénio 2017 – 2020 foram desenvolvidas diversas ações de melhoria, reflexão, divulgação e esclarecimento, observando quer as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) quer nova legislação e normas, no sentido de garantir a função *compliance* no MOA.

No ano de 2017, salientam-se as seguintes ações:

- **Fundos de maneo** – Elaborada nota informativa vinculativa sobre as novas obrigações de controlo na utilização e execução de fundos de maneo, por força do art.º 49º da LOE 2017, com a devida divulgação e registo de conhecimento a todos/as os/as titulares de fundos, tendo-se procedido a sessões de esclarecimento;
- **Isenções** – Na sequência da alteração do regime em matéria das isenções – art.º 16º da Lei nº 73/2013, alterado pelo art.º 258º da LOE 2017, considerando o risco e o seu efeito transversal às várias áreas de atividade e serviços municipais, foi prestada informação aos serviços sobre os impactos e mudanças de procedimento, a par da divulgação de uma diretriz de serviços com orientação sobre a matéria;
- **Controlo da Receita** – Procedeu-se à revisão das instruções, dos procedimentos de monitorização, e dos fluxos de controlo da receita nas diferentes áreas da Autarquia. Passou a ser emitido relatório bimensal de análise e acompanhamento da receita/proveitos e guias emitidas e não cobradas;
- **Código da Contratação Pública** – Na sequência da alteração ao CCP – DL nº 111-B/2017, foram divulgadas circulares informativas aos serviços sobre os efeitos das alterações ao CPP e providenciada formação sobre esta matéria;
- **SNC-AP** – Iniciado o levantamento e revisão das normas do Sistema de Controlo Interno do MOA de forma a adequá-las ao novo sistema de contabilidade.

Em 2018, foi dada continuidade às ações de 2017. Ao nível de novas ações destaca-se a revisão/atualização do Código de Conduta Ética e Cidadania. A proposta final foi enviada ao executivo camarário para apreciação com vista à sua aprovação.

De destacar, também, a transição do SGQ do MOA para os requisitos da norma ISO 9001:2015 e a integração da nova abordagem à gestão do risco da referida norma com o PGGRO, evitando desta forma a duplicação de instrumentos de gestão do risco.

Foi adotado um método de avaliação do risco baseado numa matriz de riscos, à qual está associada uma escala de avaliação de riscos, definida com base em outras metodologias aplicadas na avaliação do risco.

Matriz e escala de avaliação de riscos adotada

ESCALA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS			MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RISCO					
	PROBABILIDADE OCORRÊNCIA	IMPACTO / SEVERIDADE	IMPACTO/SEVERIDADE					
			1 Insignificante	2 Marginal	3 Moderada	4 Crítica	5 Catastrófica	
1	Raro	Insignificante						
2	Improvável	Marginal	1	2	3	4	5	
3	Possível	Moderada	2	4	6	8	10	
4	Provável	Crítica	3	6	9	12	15	
5	Muito Provável	Catastrófica	4	8	12	16	20	
			5	10	15	20	25	

Os níveis de risco obtidos pela aplicação da matriz de risco caracterizam-se por risco baixo, risco moderado, risco alto e risco extremo. Conforme o nível de risco obtido, os responsáveis devem desencadear as ações necessárias com o objetivo de redução do mesmo. De forma a simplificar o entendimento do grau de risco, foram definidos os níveis de atenção a aplicar a cada um deles.

Níveis de atenção a aplicar

Risco Baixo	Entre 1 e 4 - Os riscos baixos devem ser objecto de seguimento pelos responsáveis dos serviços
Risco Moderado	Entre 5 e 9 - Os riscos moderados devem ser objecto de seguimento atento pelos responsáveis dos serviços
Risco Alto	Entre 10 e 16 - Os riscos altos requerem atenção por parte das chefias intermédias
Risco Extremo	Entre 20 e 25 - Os riscos extremos requerem atenção e devem ser objecto de seguimento permanente pelas chefias intermédias

O ano de 2019 pauta-se pela continuidade das ações definidas nos anos anteriores e ainda pela adoção das seguintes medidas:

- **Código da Contratação Pública** – Tendo em vista a melhoria, a eficiência e o controlo de resposta e de planeamento dos procedimentos de contratação pública, foi divulgada uma nova diretriz sobre a tramitação e procedimento de contratação de anúncios e publicações obrigatórias em Diário da República.

Em 2020, prosseguiram as ações estabelecidas nos anos anteriores. Para além disso, e tendo em consideração a Recomendação n.º 3/2020, de 8 de janeiro, emitida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, sobre gestão de conflitos de interesses no setor público, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Revisão do Código de Conduta Ética e Cidadania do MOA, em função das novas obrigações decorrentes da Lei nº 52/2019, aprovado em reunião de câmara municipal de 20. fevereiro.2020 e sessão da Assembleia Municipal de 29. fevereiro.2020. Publicado em Diário da República a 17. junho.2020 – aviso nº 9153/2020 e no Boletim Municipal nº 1454/2020;
- Elaboração do Regulamento de Registo de Conflito de Interesses em conformidade com a Lei nº 52/2019, aprovado em reunião de câmara municipal de 20. fevereiro.2020 e sessão da Assembleia Municipal de 29. fevereiro.2020. Publicado em Diário da República a 17. junho.2020 – regulamento nº 531/2020 e no Boletim Municipal nº 1449/2020;
- Promoção da autoavaliação da política de gestão de conflitos de interesses e revisão das declarações de conflitos de interesses. A conclusão desta ação foi, entretanto, adiada para março.2021 em virtude de novas resoluções publicadas pelo Tribunal de Contas;
- Centralização e reporte das despesas COVID-19 - Efetuadas ações de atuação e alerta junto das diferentes unidades orgânicas quanto aos documentos e alertas emitidos pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e pelo Tribunal de Contas, quanto ao nível de organização e constituição de registo e dossiers das medidas e programas aplicar, Bem como a centralização de reporte das despesas COVID à DGAL pela Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação e pela Divisão de Contabilidade e Património.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.1. Ponto 1.1. do Relatório

Deverá ser dada continuidade ao processo de alteração/atualização do PGGRO, adaptando às alterações normativas e legislativas, entretanto verificadas.

3.2. Pontos 2.1. e 2.4.2. do Relatório

Mantendo-se como prioridade estratégica do MOA, em 2019 e 2020 os indicadores de acompanhamento do PGGRO deixaram de constar da Carta de Objetivos do Município.

Sendo uma prioridade estratégica da organização, a não identificação de indicadores para execução do PGGRO na Carta Anual de Objetivos teve impacto na execução do plano, podendo os serviços ter deixado de considerar o PGGRO como um objetivo estratégico de atuação. É evidência desta situação a falta de reporte das ações desenvolvidas pelos serviços nos anos 2019 e 2020.

A taxa de reporte anual por parte dos serviços tem vindo a diminuir nos últimos anos, em parte por os serviços considerarem que a ausência de alterações ao plano determinaria a não necessidade de reporte anual.

De acordo com os dados existentes nos registos de acompanhamento e monitorização, verifica-se que os serviços que não apresentaram reporte nos últimos anos tinham as ações definidas nos planos implementadas, na sua maioria, aquando do último reporte.

Não obstante, tendo em conta as alterações legislativas e a atualização de funções decorrentes das alterações da estrutura orgânica do MOA, nomeadamente devido à entrada em funções do novo executivo camarário, a falta de reporte atualizado prejudica a aferição dos resultados efetivos, recomendando-se aos serviços a manutenção da prática de reporte semestral das ações implementadas, em conforme com o definido no PGGRO (ponto 2. do PPRCIC que integra o PGGRO no seu ponto 2.1.).

3.3. Proposta de Envio do Relatório e Divulgação

Dando cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção e conforme previsto no PGGRO, o Município de Oliveira de Azeméis deverá enviar o presente Relatório de Execução ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas, à Presidência de Conselho de Ministros e à Inspeção Geral de Finanças.

Considerando o âmbito e transversalidade da informação, somos de opinião de que o presente relatório deverá ser, igualmente, remetido à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e aos responsáveis das unidades orgânicas do Município, para conhecimento. Sugere-se, ainda, a sua publicação no sítio da internet do MOA.

Oliveira de Azeméis, 14 de maio de 2021

Nuno Gomes

Divisão de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\vps-storage2\gaicg\Dados Partilhados\PGGROM\2020\Relatório Final\Relatório_Execução_PGGRO_2017_2020.doc